

campanha de vacinação sincrônica contra a covid-19. No HCRP, de 2015 a 2021 nota-se taxa de cobertura inferior ao que ocorreu no país durante todo o período, exceto no ano de 2021, quando a cobertura no serviço foi de 90%. Observou-se que os profissionais de saúde do HCRP parecem entender o tema de hesitação vacinal, sobretudo no contexto atual de pandemia, mantendo boa cobertura para influenza.

Conclusão: A hesitação à vacina contra influenza no Brasil é menor que a observada em outros países, especialmente entre os profissionais de saúde. As razões para hesitação são comuns e estão presentes em todo o mundo. A influência política no âmbito vacinal não deve ser ignorada, sobretudo no cenário da pandemia de covid-19. Ouvir as sugestões dos profissionais, individualizadas em cada serviço, além de integrar os dados de vacinação e combater desinformações, pode melhorar os dados de cobertura vacinal para influenza.

Palavras-chave: Hesitação vacinal Influenza Profissional da saúde Saúde ocupacional

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103097>

IMUNIZAÇÃO EM USUÁRIOS DE AGENTES BIOLÓGICOS: SERÁ QUE ESTAMOS VACINANDO ADEQUADAMENTE? AVALIAÇÃO EM AMBULATÓRIO DE ALTA COMPLEXIDADE

Rafael Corrêa Barros*, Luísa Akie Yamauchi Reyes, Daniel Litardi Castorino Pereira, Pedro Saliba e Borges, Samylla Costa de Moura, Cecília Gonçalves Bueno, Marina Keiko K Tsukumo, Durval Alex Gomes e Costa, Augusto Yamaguti

Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), São Paulo, SP, Brasil

Introdução/Objetivo: O aumento de agentes biológicos imunossupressores dobrou o risco de infecções imunopreveníveis. Níveis subótimos de vacinação são realidade para esta população. Avaliar níveis vacinais em pacientes usando biológicos imunossupressores e suas características epidemiológicas mostra-se relevante, portanto.

Métodos: Estudo descritivo transversal, incluindo pacientes ambulatoriais de hospital terciário em 2022. Usados bancos de dados dos sites governamentais SAÚDE e VACI-VIDA, dos prontuários e questionários feitos em ligações aos pacientes.

Resultados: Foram incluídos 142 pacientes inicialmente e do total 53.5% estavam acima de 60 anos. Mulheres foram prevalentes, mas não houve associação significativa entre gênero e vacinação. Vacina contra covid-19 estava completa em 51.5%. As demais taxas foram: Vacina dT 35.7%; hepatite B 32.9%; pneumocócica 23 27.1%; influenza 20%; febre amarela 15.7%; meningocócica 14.3%; hepatite A 5.7%; pneumocócica 13 5.7%; hemófilos B nenhum paciente; Imunidade contra HBV com proteção (antiHbs >10) 7.6%. Algumas condições favoreceram a vacinação neste estudo: Ter doença inflamatória intestinal (p: 0,001); esclerose múltipla (p: 0,003); ser acompanhado nas especialidades gastroenterologia (p: 0,001) e reumatologia (p: 0,013). Ser acompanhado na gastroenterologia reduziu a chance de ser encaminhado para vacinação (RR 0,1 IC 0,0-0,8 p: 0,021). O questionário aplicado mostrou pouco

medo para vacinar (7.5%), presença significativa de carteira de vacinação (64.2%) encaminhamento para vacinação pelo médico de origem (52.8%) e ótimo encaminhamento para vacina contra COVID-19 (100%).

Conclusão: Ao considerar o fornecimento gratuito de imunizantes pelo Ministério da Saúde e a facilidade de realização das vacinas na própria instituição, medidas in loco para melhoria dos dados devem ser discutidas com cada equipe.

Palavras-chave: Vacinação Imunossupressão Imunização Autoimunidade Imunodepressão

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103098>

MOTIVOS DE HESITAÇÃO À VACINAÇÃO CONTRA MPOX ENTRE HOMENS GAYS USUÁRIOS DE PREP PARA O HIV

Alberto dos Santos de Lemos^{a,b,*}

^a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

^b Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Introdução: A mpox emergiu em 2022 como problema global, incluindo o Brasil. A maioria dos casos vem se concentrando em homens cis gays sexualmente ativos (HSH). Apesar de disponibilizada a vacinação específica incluindo pessoas em uso de PrEP do HIV, as coberturas vêm se mantendo baixas. A hesitação vacinal é um fenômeno social emergente no Brasil, amplificado nos últimos anos. Delimitar conceitos prevalentes em grupos específicos é fundamental para a elaboração de estratégias de comunicação efetivas para minimizar o problema.

Objetivo: Identificar os principais motivos de não vacinação contra mpox em homens gays brasileiros.

Métodos: Utilizou-se um questionário online com perguntas fechadas. Foram selecionados indivíduos que se declararam HSH e fazem uso de PrEP do HIV. O questionário incluiu informações demográficas e, para os que declararam não vacinados, uma lista de itens para serem identificados (sim ou não) como motivos de não vacinação e depois classificados em ordem de importância. Ao fim do preenchimento, informações sobre a vacina contra mpox foram disponibilizadas.

Resultados: Entre janeiro e maio de 2023, foram incluídos 237 indivíduos que preencheram os critérios de inclusão. A idade variou de 18 a 54 anos, com mediana de 32. A maioria residia no RJ (35%) e SP (21%) e declarou ser de cor branca ou parda (37% cada). Não tomaram a vacina 132 indivíduos (57%). As cinco razões para a não adesão mais frequentes foram desconhecer o local de oferta da vacina (76%), desconhecer a disponibilidade da vacina (76%), acreditar que se trata de uma vacina experimental (50%), acreditar que não está sob risco (50%) e dúvida sobre efeitos adversos (50%). Entre os que escolheram mais de um motivo (92%), o identificado como mais importante foi dúvida sobre efeitos adversos (50%). Apenas um indivíduo declarou não acreditar em vacinas no geral, o único que informou não desejar receber a vacina após a leitura das informações disponibilizadas.

Conclusões: Apesar de se tratar de uma amostra pequena, pode-se concluir que os canais de informação em saúde para HSH, a respeito de mpox e sua prevenção, ainda sejam inefetivos para uma significativa parcela de HSH da região sudeste do Brasil, o que pode justificar a baixa cobertura vacinal contra mpox nesse estrato populacional. A hesitação vacinal deve ser estudada mais detalhadamente com foco em vacinas e grupos de pessoas específicos e não só como representação social contra a vacinação em geral.

Palavras-chave: Vacinas Mpox Hesitação vacinal

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103099>

O IMPACTO DA ADMINISTRAÇÃO DA VACINA TRÍPLICE VIRAL SOBRE OS CASOS DE SARAMPO NO BRASIL ENTRE 2013 E 2022

Júlia de Hollanda Celestino*,
Maria Clara da Costa Fernandes, Lorena Agra Ramos,
Tifane Alves da Silva, Diego Oliveira Maia,
Flávia Caminha Rocha, Timóteo Bezerra Ferreira,
Francisco Augusto da Silva Neto,
Matheus Arraes Marques,
Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE,
Brasil

Introdução/Objetivo: O sarampo é uma doença infecciosa viral, aguda, contagiosa, prevenível pela administração da vacina tríplice viral (TV). Em 2016, o Brasil foi considerado região livre de sarampo pela Organização Pan-Americana de Saúde; porém, em anos posteriores, os casos da doença voltaram a ocorrer no país, provavelmente pelo comprometimento da situação vacinal da população. O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre a vacinação contra o sarampo e a ocorrência de casos da infecção no Brasil.

Métodos: Trata-se de um estudo ecológico descritivo quantitativo realizado a partir das notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, com coleta de dados sobre o número de doses aplicadas da vacina TV, no Brasil, por ano, por região, entre 2013 e 2022; e informações sobre o número de casos de sarampo confirmados por região de notificação no mesmo período.

Resultados: No Brasil, houve redução de 15,8% no número de doses aplicadas de TV entre 2013 e 2022 (10.578.179 doses para 8.910.864). A principal redução ocorreu entre 2014 e 2015 (16.468.600 doses em 2014 para 7.988.924 em 2015; redução de 51,5%), mantendo-se em constante diminuição até 2017 (7.811.974 doses em 2016; 6.766.917 em 2017). Observou-se aumento expressivo de casos de sarampo entre 2017 e 2019 (3 casos em 2017; 9.329 em 2018; 21.433 em 2019), o que pode estar relacionado com a redução da vacinação nos anos anteriores. Em 2018, a maioria dos casos se concentrou na região Norte (9.240); em 2019, no Sudeste (18.646). No ano de 2018, observou-se aumento no número de doses de TV aplicadas (12.333.120 doses), assim como em 2019 (17.404.577 doses). Em 2020, foram notificados 8.151 casos de sarampo, sendo a maioria na região Norte (5180 casos; 63,6%), representando redução de 62% em relação ao ano anterior. Contudo, a pandemia de COVID-19 impactou a vacinação, ocorrendo redução

no número de doses de TV aplicadas em 2020 e 2021 (13.058.670 e 6.426.949, respectivamente), com novo aumento em 2022 (8.571.933 doses aplicadas). Em 2021 e 2022, foram registrados, respectivamente, 701 e 83 casos de sarampo.

Conclusão: Os resultados sinalizam que a ocorrência de casos de sarampo está diretamente relacionada à administração da vacina TV, observada a partir do aumento do número de casos da doença após anos com redução de doses vacinais aplicadas. Políticas públicas voltadas à vacinação contra o sarampo devem ser realizadas com o fito de controlar a transmissão desta infecção no Brasil.

Palavras-chave: Imunização Sarampo Epidemiologia Tríplice Viral Vacina

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103100>

O IMPACTO DA COBERTURA VACINAL CONTRA A MENINGITE MENINGOCÓCICA C SOBRE O NÚMERO DE CASOS DE MENINGITE C NO BRASIL ENTRE 2008 E 2022

Tifane Alves da Silva*, Júlia Hollanda Celestino,
Flávia Caminha Rocha,
Francisco Augusto da Silva Neto, Diego Oliveira Maia,
Timóteo Bezerra Ferreira, Lorena Agra Ramos,
Matheus Arraes Marques,
Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE,
Brasil

Introdução/Objetivo: A meningite infecciosa consiste na inflamação das meninges e do espaço subaracnóide podendo ter etiologia viral ou bacteriana. A *Neisseria meningitidis* sorotipo C (meningococo C) é o patógeno causador de meningite bacteriana de maior importância para a saúde pública no Brasil pela gravidade do quadro e elevada letalidade. A meningite meningocócica (MM) é prevenível através de vacinação, incluída no Plano Nacional de Imunização (PNI) em 2010, a partir da qual os casos da doença diminuíram de forma significativa no país. Porém, a baixa adesão à vacinação nos últimos anos tem repercutido com o aumento do número de casos da doença. O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre a cobertura vacinal contra o meningococo C no Brasil e os casos de meningite entre 2008 e 2022.

Métodos: Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo quantitativo realizado a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram coletados o número de casos de meningite tipo C no Brasil, por ano, por região, entre 2008 e 2022, bem como dados sobre a taxa de vacinação meningocócica C, por ano, entre 2010 e 2022.

Resultados: De 2008 a 2022, o número de casos de MM, no Brasil, diminuiu em 50% (24.342 casos em 2008; 12.194 em 2022), destacando a redução na região Nordeste (5.935 casos em 2008; 1.989 em 2022). De 2010 a 2022, a cobertura vacinal contra o meningococo C teve crescimento exponencial de 26,88% para 78,6%. De 2013 a 2016, ocorreu diminuição contínua da incidência de MM, com redução total de 18,6% de casos no período, no qual a taxa de vacinação foi maior do que 90%, com destaque para o Centro-Oeste, com 102,96%. De 2016 a 2017, observou-se aumento no número de casos